

DECRETOS

DECRETO Nº 2.453, DE 11 DE MARÇO DE 2020.

*“Exclui Responsável Tributário ao Anexo Único do Decreto nº 873, de 11 de junho de 2012”*

A PREFEITA MUNICIPAL DE DOURADOS, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 66, inciso II da Constituição Municipal de Dourados, e

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 37 c/c 245 da Lei Complementar nº 71, de 29 de dezembro de 2003;

D E C R E T A:

Art. 1º. Ficam excluídas do Anexo Único do Decreto nº 873, de 11 de junho de 2012 as pessoas jurídicas abaixo relacionadas:

| Razão Social                              | CAE        | CNPJ               |
|---|------------|--------------------|
| FUNDAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE DOURADOS | 1000138825 | 20.267.427/0001-68 |
| FUNDAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE DOURADOS | 1000165334 | 20.267.427/0001-68 |

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dourados (MS), 11 de março de 2020

**Délia Godoy Razuk**  
Prefeita Municipal

**Sergio Henrique Pereira Martins de Araújo**  
Procurador Geral do Município

DECRETO Nº 2.455 DE 11 DE MARÇO DE 2020.

*“Cria o núcleo de administração de pessoal dos vigilantes patrimoniais”.*

A PREFEITA MUNICIPAL DE DOURADOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do artigo 66 da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica criado o Núcleo de Administração de Pessoal dos de Vigilantes Patrimoniais do Município de Dourados, sob supervisão da Guarda Municipal, com as seguintes atribuições:

- I. organizar e supervisionar a prestação de serviço dos vigilantes patrimoniais do Município, independentemente da secretaria de lotação, de acordo com as escalas de trabalho propostas,;
- II. assegurar o exato cumprimento das escalas de trabalho, relativas ao serviço;
- III. controlar a frequência dos vigilantes patrimoniais para informar o departamento competente, visando à preparação da folha de pagamento;
- IV. acompanhar a avaliação do estágio probatório e avaliação anual dos vigilantes patrimoniais;
- V. acompanhar os pedidos de concessão de férias, licença e demais ausências dos vigilantes patrimoniais, para organizar escala de substituições visando garantir a continuidade do serviço, sendo que os requerimentos serão encaminhados ao Gestor de Vigilantes Patrimoniais da Guarda Municipal;
- VI. dar publicidade aos vigilantes patrimoniais de cursos ou palestras de capacitações para o desenvolvimento da função, estimulando sua participação;
- VII. receber denúncia de indisciplina, irregularidades administrativas ou funcionais, ausências injustificadas, entre outras, encaminhando documentações ao setor competente da Guarda Municipal para as providências cabíveis;
- VIII. administrar os problemas operacionais e sugerir soluções aos superiores a quem estiverem subordinados;
- IX. fiscalizar os postos de trabalho dos vigilantes patrimoniais verificando o correto cumprimento das suas atribuições dos vigilantes, elaborar relatórios e informar ao diretor de departamento eventuais irregularidades verificadas;
- X. manter o Comandante da Guarda Municipal informado sobre problemas do setor;

Art. 2º O núcleo de administração de pessoal de vigilantes patrimoniais será parte integrante da Guarda Municipal, e a esta submetido.

§ 1º. O núcleo de que trata este decreto será constituído por 06 (seis) servidores do quadro efetivo dos vigilantes patrimoniais, com no mínimo seis anos de efetivo exercício no cargo, que não estejam respondendo sindicância e não tenham sofrido penalidades disciplinares.

§ 2º. Os vigilantes que comporão o núcleo serão designados pela Chefe do Executivo.

Art. 3º A Administração Pública Municipal fornecerá estrutura para o funcionamento do Núcleo.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dourados, 11 de março de 2020.

**Délia Godoy Razuk**  
Prefeita Municipal

**Sérgio Henrique Pereira Martins de Araújo**  
Procurador Geral do Município

DECRETO Nº2.458 DE 13 DE MARÇO DE 2020.

*“Designa servidora para exercer a função de Secretária Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS”.*

A PREFEITA MUNICIPAL DE DOURADOS, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso II do artigo 66 da Lei Orgânica do Município;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica designada a servidora Micheli Alves Machado, para atuar como Secretária Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS em substituição a Bianca Palhano Ishy de Mattos Paurosi.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de março de 2020, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 2.371 de 30 de janeiro de 2020.

Dourados (MS), 13 de março de 2020.

**Délia Godoy Razuk**  
Prefeita Municipal de Dourados

**Sergio Henrique Pereira Martins de Araújo**  
Procurador Geral do Município

DECRETO Nº 2.460, DE 13 DE MARÇO DE 2020.

*“Nomeia em substituição membro da Comissão Organizadora, Fiscalizadora e Julgadora, referente a Campanha NOTA DOURADA.”*

A PREFEITA MUNICIPAL DE DOURADOS, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso II do artigo 66 da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica nomeada, em substituição, a servidora abaixo relacionada, para compor a Comissão Fiscalizadora, Organizadora e Julgadora referente a Campanha NOTA DOURADA, juntamente com os membros nomeados pelo Decreto nº 2.358, de 20 de janeiro de 2020.

I - Andriely Pegori Catellan Teixeira, em substituição a Claudio Matos Leite;

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dourados (MS), 13 de março de 2020.

**Délia Godoy Razuk**  
Prefeita Municipal de Dourados

**Sergio Henrique Pereira Martins de Araújo**  
Procuradora Geral do Município

DECRETO Nº 2.464, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

*“Cria a Comissão Especial para realização de Chamada Pública”*

A PREFEITA MUNICIPAL DE DOURADOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do artigo 66 da Lei Orgânica do Município.

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica criada a Comissão Especial para realização, análise e julgamento, bem como os demais atos da Chamada Pública para realização dos procedimentos de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, visando atender as Escolas Municipais Indígenas e Centros de Educação Infantil.

Art. 2º. A comissão especial criada no art. 1º deste decreto será composta pelos membros abaixo relacionados:

- I Sidiclei Roque Deparis;
- II Danielly de Oliveira Santos Moreira;
- III Cristiane Sanches Sisto.

Parágrafo único: O servidor Sidiclei Roque Deparis atuará como Presidente da presente comissão.

Art. 3º. Os membros da presente Comissão Especial responderão solidariamente por todos os atos por ela praticados, salvo se estiver em posição individual divergente devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 306, de 15 de maio de 2017.

Dourados (MS), 16 de março de 2020.

**Délia Godoy Razuk**  
Prefeita Municipal

**Sérgio Henrique Pereira Martins de Araújo**  
Procurador Geral do Município